



## **16 DE JUNHO DE 2011**

### **Quinta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **GANHO REAL EM 2011 SERÁ MENOR, MAS DURADOURO**
- **IPEA CRITICA TESE DE QUE REAJUSTE AJUDA A PROVOCAR INFLAÇÃO**
- **DESEMPREGO NA OCDE TEM LEVE QUEDA**
- **REFIC SÓ VALE A PENA PARA QUITAÇÃO RÁPIDA**
- **LDC COMPRA MACROFÉRTIL E PASSA A FABRICAR FERTILIZANTES**
- **HIDRELÉTRICAS DO FUTURO TERÃO DE SER MAIS SUSTENTÁVEIS**
- **COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PROJETO QUE FACILITA SAQUE DO FGTS**
- **PAÍS CRESCE 0,44% EM ABRIL, SEGUNDO BC**
- **METALÚRGICOS DA BOSCH E CNH DECIDEM SE ENTRAM EM GREVE NA SEXTA-FEIRA**
- **PONTA GROSSA RECEBERÁ MONTADORA DE CAMINHÕES E FÁBRICA DE EMBALAGENS**
- **OPORTUNIDADES NO PARANÁ ATRAEM INVESTIDORES FERROVIÁRIOS**
- **LINHÃO VAI LIGAR ITAIPU A ASSUNÇÃO**
- **ATIVIDADE FINANCEIRA GANHA ESPAÇO EM MULTINACIONAIS**
- **BANCOS PEDEM APLICAÇÃO DO CDC**
- **EXPORTADOR RECEBERÁ PIS/COFINS MAIS RÁPIDO**
- **DANA ESQUENTA DISPUTA COM MERITOR**
- **SETOR DE FUNDIÇÃO TERÁ US\$ 1 BI PARA AMPLIAR CAPACIDADE.**

- **PREÇO DO ALUMÍNIO DEVE RECUAR A PARTIR DO 4º TRI.**
- **PODER LEGISLATIVO - "FLEXIBILIZAÇÃO": CÂMARA APROVA REGRAS PARA LICITAÇÕES DA COPA**
- **SIMPLES NACIONAL - PAGAMENTO DO DAS VENCE SEGUNDA-FEIRA, DIA 20/6**
- **PROJETO DE LEI - SENADO APROVA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO APROVA SAQUE DE FGTS PARA QUEM TEM 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO**
- **IR - FONTE - IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM MAIO VENCE SEGUNDA, 20/6**
- **PIS-FOLHA DE PAGAMENTO - VENCE DIA 24/6 O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**
- **DIREITO CONSTITUCIONAL - DOCUMENTOS OFICIAIS: OAB E AJUFE DEFENDEM O FIM DO SIGILO**

<b>Câmbio</b> Em 16/06/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,608	1,610
<b>Euro</b>	2,280	2,283

Fonte: BACEN

## Ganho real em 2011 será menor, mas duradouro

16/06/2011- Gazeta do Povo

Embora as perspectivas apontem para aumentos reais (acima da inflação) menores do que no ano passado, os trabalhadores podem acabar tendo mais dinheiro no bolso nos 12 meses que se seguirem aos acordos de data-base deste ano. O paradoxo ocorre devido à perspectiva de queda na inflação e à forma como são feitos os reajustes salariais no Brasil, afirma o economista-chefe da Convenção Corretora, Fernando Montero. Ele faz a projeção tendo como base a inflação futura – o oposto do que fazem trabalhadores e sindicatos brasileiros, que elaboram suas reivindicações a partir do avanço dos preços nos 12 meses anteriores.

Para explicar o fenômeno, Montero faz um cálculo baseado nos resultados do terceiro trimestre de 2010 e na perspectiva para o terceiro trimestre deste ano. No ano passado, a média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência nas negociações salariais, subiu 4,5%. Categorias que fecharam o dissídio naquela época receberam, em média, aumento real de 3% – o equivalente, portanto, em termos nominais, a um reajuste de 7,6%. Como a perspectiva para a inflação nos 12 meses seguintes era de 6,6%, o aumento real do salário acabou sendo, na verdade, de apenas 1,1%. Metalúrgicos de Bosch e CNH ameaçam greve

Os funcionários da fabricante de bombas injetoras Bosch e da montadora de máquinas agrícolas Case New Holland (CNH), ambas da Cidade Industrial de Curitiba, ameaçam parar as atividades a partir de amanhã caso as empresas não apresentem uma nova proposta de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a Bosch, que emprega 4,6 mil pessoas, ofereceu PLR de R\$ 4,6 mil para cumprimento de 100% das metas, com primeira parcela de R\$ 3,9 mil em junho. Os trabalhadores querem R\$ 9 mil, dos quais R\$ 5 mil neste mês. A CNH, que tem 1,8 mil funcionários, ofereceu R\$ 7,5 mil aos horistas e R\$ 6,5 mil aos mensalistas, para 100% das metas, em ambos os casos com primeira parcela de R\$ 5 mil. Os trabalhadores, no entanto, argumentam que empresas menores fecharam acordos melhores.

O coordenador do Grupo de Análises e Previsões (GAP) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, disse ontem que a suposta ameaça de descontrole inflacionário vinda dos reajustes salariais faz parte de uma "teoria conspiratória" de economistas que compõem a "torcida do contra", cujo objetivo é danificar a agenda econômica do atual governo.

Em 2011, a média projetada para o INPC no terceiro trimestre é de alta acumulada de 7,2% em 12 meses. Num cenário em que os reajustes salariais apenas reponham a inflação passada (o que é improvável) e o INPC acumule alta de 5,5% nos 12 meses seguintes, o resultado seria um ganho médio real nos salários de 1,6%. Maior, portanto, que o obtido no ano passado – o que significa que o "dinheiro extra" proporcionado pelo reajuste será mais duradouro.

"[Entre 2010 e 2011], a inflação comeu o aumento obtido no ano anterior. Neste ano, com a queda na inflação [futura], os ganhos, em termos reais, serão maiores", diz Montero, que defende que os salários sejam decididos olhando para a inflação futura, e não a passada.

"A economia tem uma capacidade muito limitada para absorver essa pressão salarial", defende o economista, citando a escassez de mão de obra. O economista lembra que a metodologia usada hoje é uma herança do período hiperinflacionário, quando não havia como se fazer previsões seguras, mas que hoje o Banco Central está, em tese, comprometido com a política de metas de inflação.

### **Reajuste de categoria**

Segundo um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), quase 94% das categorias receberam aumento acima do INPC em 2010. A previsão da entidade é de que esse movimento continue neste ano, mas com reajustes reais mais leves, devido ao desaquecimento previsto para a economia em 2011.

As categorias que já fecharam acordo neste ano vêm conquistando altas importantes. Os trabalhadores da indústria de cacau receberam reajuste de 8% para quem tem salário acima do piso e de 12,88% para os que ingressaram há pouco tempo nas empresas da área. Motoristas e cobradores de Curitiba tiveram aumento de 10%, calculando como base para a inflação um INPC de 6,53%. Os empregados da construção da hidrelétrica de Mauá, no interior do estado, conquistaram 11% de reajuste geral e 12% para quem ganha o mínimo.

"A tendência de aumento maior no piso continua", diz Sandro Silva, economista do Dieese no Paraná. Para ele, o aumento dos salários tem impacto limitado na inflação. "O peso do salário não é significativo na inflação. A gente questiona muito a ideia de que há uma inflação de demanda. O peso das despesas pessoais é de apenas 7,3% no INPC", afirma.

Sobre o resultado da pesquisa, Silva afirma que o brasileiro ainda está recuperando a renda perdida no período entre 1998 e 2004. "O salário mínimo de hoje é muito baixo para a necessidade do trabalhador. Em termos reais, já foi muito maior", afirma. Comparando o salário mínimo atual com o da década de 1940, a defasagem é de 45%, se contabilizada a inflação do período. Dados de 2009, os últimos disponíveis, mostram que 51% dos trabalhadores paranaenses recebiam até dois salários mínimos.

### **Ipea critica tese de que reajuste ajuda a provocar inflação**

16/06/2011- Gazeta do Povo

O coordenador do Grupo de Análises e Previsões (GAP) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, disse ontem que a suposta ameaça de descontrole inflacionário vinda dos reajustes salariais faz parte de uma "teoria conspiratória" de economistas que compõem a "torcida do contra", cujo objetivo é danificar a agenda econômica do atual governo.

Messenberg cita uma lista composta por ex-presidentes de bancos centrais e economistas-chefes de grandes instituições. "Não compro esta nova onda de terror vinda da torcida do contra", afirmou, sobre os reajustes salariais que serão concedidos em dissídios coletivos.

Em sua apresentação, Messenberg exibiu um cartaz do filme francês *Le Salaire de la Peur*, fazendo uma correlação entre os ajustes salariais e a obra, que tem cenas de explosão causada por um veículo carregado de nitroglicerina. "A possibilidade de

elevação de salário pode significar nitroglicerina pura, com o comboio caindo no precipício. Os ajustes vão se dar dentro de uma absoluta tranquilidade”, afirmou.

### **Renda menor**

O Ipea afirmou ontem, em seu boletim Conjuntura em Foco, que a taxa do rendimento médio real habitual percebida ao longo de 2011 vem caindo em consequência do registro de uma taxa mais elevada de inflação no primeiro trimestre.

O boletim aponta que esta disparidade entre ganhos salariais e produtividade é uma das causas da aceleração da inflação no setor de serviços no Brasil, já que leva a aumento de custos de produção com mão de obra.

### **Contradição**

“Não restam dúvidas de que o principal motor de impulsão no mercado de trabalho é o crescimento da economia. Não obstante, para que este crescimento ocorra sem grandes gargalos setoriais é necessário melhorar a qualidade da mão de obra para que ganhos de produtividade comportem a expansão dos salários reais sem prejuízo da estabilidade inflacionária”, diz o boletim.

Ou seja, na contramão do que afirmou Messenberg, o próprio boletim do Ipea afirma que, sem maiores ganhos de produtividade nos setores da economia, a expansão dos salários reais pode prejudicar a estabilidade inflacionária.

No boletim publicado ontem, o Ipea também previu que, até dezembro, não haverá diferença significativa entre a taxa de desocupação deste ano e a do mesmo mês do ano passado. A Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, em abril, houve queda de 1 ponto porcentual na taxa de desocupação em relação ao resultado de abril de 2010. Para o Ipea, a tendência é de que esse “gap” comece a se estreitar nos próximos meses.

## **Desemprego na OCDE tem leve queda**

16/06/2011- Gazeta do Povo

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 economias desenvolvidas, informou ontem que a taxa média de desemprego em seus países-membros caiu para 8,1% em abril. O recuo foi de 0,1 ponto porcentual em relação a março e seguiu-se a dois meses de estabilidade no nível de 8,2%. Na zona do euro, a taxa ficou estável em 9,9%.

“Pela primeira vez desde o começo da crise financeira, em 2007, as taxas de desemprego estão mostrando um padrão de queda na maior parte dos países” membros, afirmou a OCDE. Segundo a instituição, Japão (4,7%), Luxemburgo (4,5%), México (5,2%), Eslovênia (8,2%) e Estados Unidos (9,0%) foram os únicos países que tiveram aumento na taxa de desemprego em abril.

Entre os países com taxa de desemprego ainda alta, a OCDE destacou Hungria (11,6%), Irlanda (14,7%), Portugal (12,6%) e Eslováquia (13,9%). A OCDE também chamou a atenção para a Espanha, com taxa de desemprego de 20,7% – desde maio de 2010, um em cada cinco espanhóis, em média, está em busca de trabalho.

A OCDE informou que em abril havia 44,1 milhões de pessoas sem emprego nos países-membros. O número representa uma queda de 3,1 milhões em comparação com abril de 2010, mas é 3,2 milhões superior à marca de abril de 2008, no pré-crise.

## Refic só vale a pena para quitação rápida

16/06/2011- Gazeta do Povo

O Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic), voltado à regularização de débitos de pessoas físicas e jurídicas – inscritas ou não em dívida ativa, com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) – devidos até 30 de junho de 2011, é vantajoso especialmente para o contribuinte que puder pagar sua dívida em 12 vezes sem juros. Nos outros casos, especialistas da área tributária dizem que o programa, à espera da sanção do prefeito Luciano Ducci, é pouco atrativo porque faz algumas exigências exageradas e oferece apenas o parcelamento, sem qualquer redução efetiva das dívidas.

A principal falha do programa, segundo o advogado tributarista e ex-secretário de Estado de Finanças Geroldo Augusto Hauer, é não oferecer nenhuma redução de multas e outros encargos legais sobre as dívidas. “Os Refis estadual e federal fizeram isso, o que se constitui em um atrativo e tanto para o contribuinte que quer quitar suas dívidas”, avalia. Na opinião do especialista, só valem a pena os parcelamentos em até 24 meses, estes com 0,4% de juros ao mês. “Fora disso, o parcelamento fica realmente desinteressante”, diz.

Confira os detalhes do Refic 2011, à espera da sanção de Luciano Ducci:

### **Alvo**

Contribuintes inscritos na Dívida Ativa por débitos com o ISS ou outros tributos. Para saber se está inscrito em dívida ativa, o cidadão deve verificar a mensagem no carnê de IPTU de 2011.

### **Juros**

Variam de 0% a 1,2%, conforme opção de parcelamento – 12, 24, 36, 60 e 120 meses.

### **Data**

O vencimento das prestações ocorrerá no dia 10 de cada mês.

### **Limite**

O valor parcelado não pode ser menor que R\$ 100 para dívidas do ISS e R\$ 50 para os demais débitos.

## **Benefício**

Aqueles que optarem por parcelamento entre 24 e 120 vezes pelo método de débito em conta corrente e pagarem tudo em dia terão a última parcela da dívida perdoada.

## **Débitos em execução**

O contribuinte que estiver nessa situação tem de requisitar o parcelamento diretamente na Procuradoria-Geral do município: Rua Álvaro Ramos, 150, Centro Cívico.

## **Adesão**

O Refic deve entrar em ação no dia 1º de julho. Com isso, a adesão poderá ocorrer até 30 de setembro, com possível prorrogação até o dia 31 de outubro.

## **Desistência**

Aqueles que deixarem de pagar as parcelas por mais de 30 dias estão sujeitos à revogação do "benefício" e à cobrança do montante não pago, além dos acréscimos previstos em lei.

Já a doutora em Direito Tributário e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Betina Treiger Grupenmacher vê vantagens na isenção de juros para o pagamento em 12 vezes, e mesmo na incidência de taxas inferiores a 1% nos parcelamentos de até 60 vezes, em comparação com o que é oferecido normalmente. "Por outro lado, a cobrança de 1,2% de juros ao mês para pagamento em 120 vezes supera o teto previsto no Código Tributário Nacional, que é de 12% ao ano ou 1% ao mês, não capitalizáveis. Assim, no meu entendimento, o Código Tributário Nacional não autoriza essa incidência de juros sobre juros", considera.

## **Judiciário**

Outra crítica de Betina diz respeito aos contribuintes que estão com recurso ou ação ajuizada contra a administração municipal. "[O projeto exige] que o contribuinte desista do questionamento judicial e administrativo da dívida se aderir ao programa, o que, ao meu ver, é inconstitucional. Quem estiver questionando judicial ou administrativamente a dívida precisa aferir as possibilidades de sucesso antes de desistir das demandas", explica.

Segundo Betina, os valores dos quais a Fazenda pública abre mão com o parcelamento são muito menores que os custos para cobrança judicial ou administrativa da dívida. "Por esse prisma, o programa é positivo tanto para o contribuinte quanto para a administração pública. Também não vejo qualquer incentivo aos maus pagadores. Quem adere aos parcelamentos, usualmente, é aquele que, por não dispor de recursos, deixou de fazer frente à pesadíssima carga tributária a que está sujeito o contribuinte brasileiro", analisa.

## Resultados

A Prefeitura de Curitiba está reunindo os números sobre os Refics anteriores (2000, 2002 e 2008), a pedido dos vereadores. A partir daí será possível ter uma melhor noção sobre os resultados efetivos dos programas de recuperação fiscal. A principal sanção para empresas endividadas é o impedimento de participar de licitações. Para a pessoa física, a inscrição do débito em dívida ativa é apenas o primeiro passo para a cobrança, que pode resultar até em penhora de bens no futuro.

### LDC compra Macrofertil e passa a fabricar fertilizantes

16/06/2011- Gazeta do Povo

A Louis Dreyfus Commodities (LDC) finalizou a compra da produtora e distribuidora de fertilizantes Macrofertil, que tem sede em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, e ingressa agora na operação de ativos industriais nesse segmento – a multinacional francesa já atua desde 2008 na comercialização de fertilizantes no Brasil. O valor do negócio não foi divulgado. Com a aquisição, a LDC, que detinha 3% do mercado nacional, dobra sua abrangência, e pretende conquistar 10% das operações comerciais brasileiras até 2015.

A Macrofertil está presente atualmente em seis estados – Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás – que, juntos, representam 62% do mercado de fertilizantes. A LDC pretende, agora, ampliar suas operações para outros seis estados. “O cenário do mercado de commodities agrícolas e as previsões para médio prazo permitem entender que os retornos são promissores. Devemos expandir nossas operações para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins”, afirma Javier Britez, diretor de Fertilizantes da LDC. Com isso, a empresa estaria presente nos estados que representam 93% do consumo de fertilizantes no país.

Com a aquisição, a LDC passa a contar com oito unidades industriais, além de postos comerciais e unidades logísticas – pontos com linha ferroviária com ligação ao porto de Paranaguá. Hoje, a Macrofertil tem uma capacidade de processamento de 1,8 milhão de toneladas de fertilizantes por ano. Em seu plano de negócio, a LDC deseja atingir a distribuição de 2,5 milhões de toneladas. “Avançar nesse mercado tem um papel estratégico no nosso modelo de negócio, com um maior ganho em escala de comercialização”, conta Britez. Ele mencionou que a soja, por exemplo, consome cerca de 30% dos fertilizantes comercializados no Brasil.

O faturamento da Macrofertil em 2010 foi de aproximadamente R\$ 450 milhões. A empresa emprega cerca de 300 funcionários e 100 prestadores de serviço, que terão seus postos de trabalho preservados. A operação brasileira da LDC teve, em 2010, faturamento de R\$ 400 milhões na área de fertilizantes; em 2011, a previsão é de R\$ 850 milhões. No Brasil desde a década de 1940, a companhia atua no financiamento a produtores, produção, processamento, armazenagem, transporte e comercialização de produtos agrícolas. Opera quatro fábricas processadoras de oleaginosas, três de suco de laranja, cinco terminais portuários, 13 usinas de açúcar e etanol (LDC-SEV), dois terminais hidroviários e mais de 30 armazéns graneleiros. A LDC Brasil representa, atualmente, cerca de dois terços das operações da plataforma de fertilizantes da companhia no mundo.

## Hidrelétricas do futuro terão de ser mais sustentáveis

16/06/2011- Gazeta do Povo

A Associação Internacional de Hidreletricidade (IHA, na sigla em inglês) lançará hoje, em Foz do Iguaçu, um protocolo de sustentabilidade para a construção de novas usinas hidrelétricas. O documento, desenvolvido junto com o Banco Mundial e ONGs ligadas ao meio ambiente, será um padrão para o desenvolvimento de hidreletricidade com base nos preceitos sustentáveis. "Usamos como exemplo o trabalho feito pela Itaipu, que desenvolveu projetos sustentáveis quando a palavra sustentabilidade ainda não era conhecida", avaliou o presidente da IHA, Refaat Abdel-Malek.

A mudança da fronteira hidrelétrica brasileira requer maiores cuidados na exploração da energia, avaliam os especialistas do setor. A partir de agora, os responsáveis pelos projetos terão de pensar em como otimizar a produção de energia e preservar o meio ambiente. "O Brasil já tem uma cultura forte na construção de usinas, mas temos um desafio pela frente: qual é o tamanho do reservatório ideal? Estamos cada vez mais diminuindo o seu tamanho e, com isso, a capacidade de armazenamento de energia. Precisamos debater mais para medir os impactos que uma grande ou pequena hidrelétrica traz para a região", analisou Manoel Zaroni Torres, presidente da Tractebel Energia, braço da GDF Suez no Brasil.

### Desenvolvimento

Durante as plenárias do Congresso Mundial da IHA, que termina no fim de semana, os representantes do setor elétrico brasileiro ressaltaram que é na região amazônica, com 60% do potencial hidrelétrico nacional, que a construção de usinas pode ser mais explorada hoje. "A hidreletricidade pode chegar a essa região como vetor de preservação ambiental e de desenvolvimento econômico", avaliou Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa e Energia (EPE). "Veja o que aconteceu no entorno de Itaipu: os municípios da região têm um Índice de Desenvolvimento Humano e indicadores econômicos muito melhores do que outras cidades brasileiras", acrescentou o secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

## Comissão da Câmara aprova projeto que facilita saque do FGTS

16/06/2011- Gazeta do Povo

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aprovou ontem projeto de lei que permite a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador completar 35 anos de contribuição previdenciária, no caso dos homens, e 30 anos, para mulheres.

Atualmente, é possível fazer o saque ao se aposentar. Outros casos que também permitem o uso do dinheiro do fundo são demissão sem justa causa, término de contrato por prazo determinado, doença grave e, em algumas situações, compra de imóvel.

O parecer da relatora, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi pela aprovação da matéria. Segundo ela, atualmente os trabalhadores são estimulados a adiar os pedidos de aposentadoria à Previdência Social por causa do fator previdenciário, que reduz o valor dos benefícios. Isso impediria que o trabalhador tenha acesso ao FGTS

em uma época em que deveria estar se preparando para a velhice, argumentou a parlamentar.

## País cresce 0,44% em abril, segundo BC

16/06/2011- Gazeta do Povo

A economia continua aquecida, mas o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) em abril, divulgado ontem, sinalizou que há uma desaceleração suave em andamento. O dado relativo ao mês de maio deverá refletir com mais nitidez o impacto do aperto das condições monetárias, na avaliação do economista-chefe da InterBolsa do Brasil, Julio Hegedus.

O IBC-Br avançou 0,44% em abril ante março, levemente abaixo da alta de 0,51% registrada em março ante fevereiro, ambos dados dessazonalizados. "Há desaceleração tênue, suave", afirmou. O economista acrescenta que "há um pouco de perda de fôlego" da atividade no trimestre corrente. Para o período (segundo trimestre), Hegedus espera que o PIB fique entre 0,3% e 0,4% (trimestre contra trimestre), mas avisa que o número pode ficar estável (0%).

O pico para a atividade foi no primeiro quadrimestre do ano, diz Hegedus, economista da corretora que tem atuação em nove países e administra US\$ 6 bilhões em ativos em escala global. Dados do BC indicam que o IBC-Br acumula no primeiro quadrimestre alta média de 1,66%, em comparação com a média dos quatro meses imediatamente anteriores (na série dessazonalizada). Em termos anualizados, a expansão na margem representa alta de 5,06%.

Hegedus cita que os indicadores econômicos ainda não mostram convergência sobre a desaceleração, sendo que alguns revelam economia aquecida, enquanto outros não. "O processo é heterogêneo, mas está havendo perda de fôlego", reitera. É no IBC-Br de maio que o impacto da desaceleração, conduzida pelo aperto da Selic e das medidas macroprudenciais, deve ficar mais claro. "É preciso lembrar que a confiança de consumidores e da indústria recuou e que dados de inadimplência subiram. As pessoas vão se endividar menos daqui para a frente", ponderou.

## Metalúrgicos da Bosch e CNH decidem se entram em greve na sexta-feira

16/06/2011- Gazeta do Povo

Os metalúrgicos da **Bosch** e **Case New Holland (CNH)**, que têm fábricas na **Cidade Industrial de Curitiba (CIC)**, decidem em assembleias na sexta-feira (17) se entram em greve por causa da falta de acordo sobre a **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**. Os trabalhadores das duas empresas já aprovaram o prazo legal de 48 horas para realizar a greve.

A **Bosch**, que tem 4,6 mil trabalhadores, fez uma proposta de PLR de R\$ 4,6 mil para o cumprimento de 100% das metas, com adiantamento da primeira parcela de R\$ 3,9 mil, a ser paga em junho. Segundo o sindicato, a empresa também ofereceu pagamento de R\$ 6 mil para cumprimento de 130% das metas. Os trabalhadores rejeitaram as ofertas.

A reivindicação dos metalúrgicos da Bosch é de uma PLR de R\$ 9 mil, com primeira parcela de R\$ 5 mil. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), os metalúrgicos apontam que empresas de menor porte fecharam acordos com benefícios superiores e por isso não aceitaram a proposta. A fábrica da Bosch produz bombas injetoras para sistemas a diesel. Em 2010, os lucros da Bosch mundial chegaram a R\$ 118 bilhões.

## **CNH**

Na **Case New Holland (CNH)**, os trabalhadores também rejeitaram, na última terça-feira (14), a proposta de PLR da empresa, que consistia em R\$ 7,5 mil para cumprimento de 100% das metas e de R\$ 6,5 mil para 90% das metas aos trabalhadores horistas. Aos metalúrgicos mensalistas, a proposta foi de R\$ 6,5 mil para 100% das metas. A primeira parcela, para as duas classes, seria de R\$ 5 mil, com pagamento em junho.

A CNH possui cerca de 1,8 mil trabalhadores e produz máquinas agrícolas. Na planta de Curitiba são produzidos 75 tratores e 10 colheitadeiras por dia. Dos tratores, 30% são para exportação e 70% para o mercado interno. Das colheitadeiras, 20% são exportadas e 80% são vendidas no Brasil. O valor de mercado das máquinas produzidas pela CNH varia de R\$ 75 mil a R\$ 1,5 milhão.

## **Ponta Grossa receberá montadora de caminhões e fábrica de embalagens**

16/06/2011- O Estado do Paraná

Os planos de nacionalização dos caminhões de longo curso, alguns modelos da marca DAF da fabricante norte-americana Paccar, serão concretizados no Paraná, mais especificamente no município de Ponta Grossa, a 115 quilômetros de Curitiba. O anúncio da instalação da montadora, que contará com um investimento da ordem de US\$ 210 milhões, deve ser feito até o final do mês pelo presidente Ron Armstrong, que virá à cidade especialmente para isso. A previsão é de que as obras iniciem no segundo semestre deste ano, para que a montadora entre em operação em 2013. A Paccar planeja com isso conquistar 10% de participação no mercado brasileiro até 2020.

Cerca de mil empregos diretos deverão ser criados pelo empreendimento. Inicialmente, a fabricante produzirá em regime CKD (Complete Knock Down), no qual o caminhão vem totalmente desmontado, para ser montado no local de destino (Ponta Grossa).

Na lista de exigências feita pela multinacional para se instalar no Paraná, praticamente todos os tópicos foram atendidos, dentre eles o deferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A montadora terá oito anos de prazo para começar a pagar o tributo. Outra exigência realizada pela Paccar, em reunião recente com o governador Beto Richa, mas que a Secretaria Estadual da Fazenda não comentou, foi a isenção tributária sobre a importação de peças e componentes, trazidos do Porto de Paranaguá direto para a fábrica, para a montagem dos caminhões. O sigilo mantido pela secretaria tem a ver com a estruturação do programa de atração de investimentos Paraná Competitivo, que tem por princípio examinar caso a caso.

Sabe-se, porém, que na negociação com a gigante japonesa de pneus, Sumitomo Rubber Industries, foi concedida a isenção tributária para a importação dos produtos durante o período de instalação da fábrica em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Por outro lado, o investimento que a Ambev ainda pretende fazer no município de Ponta Grossa, continua em compasso de espera porque o secretário Luiz Carlos Haully, por enquanto, não concedeu a redução de ICMS requerida pela fabricante de bebidas. Entre outras vantagens, Ponta Grossa possui disponibilidade de água de boa qualidade e na quantidade suficiente para atender a produção da AmBev, devido aos Aquíferos Rochosos das Furnas. É esse um dos principais fatores para a empresa continuar insistindo na negociação com o Estado.

### **BO Packaging assina protocolo de intenções em 15 dias**

Outro investimento no Estado, da ordem de US\$ 70 milhões, que terá como endereço o município de Ponta Grossa, é a fábrica chilena de embalagens recicláveis como copos, BO Packaging. Na próxima quinzena, os diretores da empresa assinarão o protocolo de intenções para o início das obras do empreendimento. As reservas de reflorestamento existentes na região de Campos Gerais é um dos motivos para a escolha da cidade, além de toda a infraestrutura e do abastecimento energético via gás natural.

## **Oportunidades no Paraná atraem investidores ferroviários**

16/06/2011- O Estado do Paraná

Já chega a 145 o número de empresas interessadas em estabelecer parcerias e sondar oportunidades de negócios na Estrada de Ferro Paraná Oeste (Ferroeste). O número foi revelado nesta quarta-feira (15), pelo presidente da companhia, Maurício Querino Theodoro, depois de mais duas reuniões de trabalho, em Curitiba, com investidores internacionais. "Isso demonstra a confiança do mercado, nacional e internacional, no governo Beto Richa", ressaltou Theodoro.

De acordo com o presidente da Ferroeste, as empresas e instituições bancárias do Brasil e do exterior, que têm procurado estreitar relações com o governo do Paraná, com a Secretaria de Infraestrutura e Logística, e com a Ferroeste, "manifestam interesse em investir na ferrovia e estabelecer parcerias em várias áreas". Segundo ele, muitos também são fornecedores de equipamentos, vagões, locomotivas e serviços.

Os investidores, potenciais parceiros e fornecedores, querem conhecer os projetos ferroviários do Estado feitos em parceria com o governo federal e a Valec. Também realizam sondagens de investimentos futuros nos projetos de expansão da ferrovia para o Mato Grosso do Sul e o Porto de Paranaguá.

### **Espanha**

Pela manhã, a reunião do presidente da Ferroeste foi com um grupo de espanhóis, na sede da Ferroeste, em Curitiba, com a participação do diretor de Produção da empresa, Mauro Fortes Carneiro. Os visitantes eram o presidente do Grupo S90, Juan Antonio Martín, e o diretor da empresa, Gilmar Palenske. Também estavam presentes os representantes da Firms y Asfaltados del Sul (Faz), Matías Arrom Quetglas, e da MAB Obras Públicas, Iñigo Uriarte.

À tarde, no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o presidente da Ferroeste participou de encontro com o consultor jurídico e representantes do Banco de Infraestrutura, Inovação e Desenvolvimento da Itália (BIIS), Rodrigo Pironti. O objetivo foi discutir parcerias com a instituição financeira italiana, que está interessada em projetos de infraestrutura tanto na área privada quanto governamental, no Paraná.

Estavam presentes na reunião com o BIIS, os diretores do BRDE Jorge Gomes Rosa Filho (financeiro) e Nivaldo Assis Pagliari (recuperação de crédito). Também participaram o diretor geral da Secretaria de Infraestrutura e Logística, Aldair Wanderlei Petry, e os presidentes da Sanepar, Fernando Ghignone, da Codapar, Silvestre Staniszewski e da Compagas, Luciano Pizzatto. Entidades como a Alcopar, Copel, secretarias da Fazenda e de Indústria e Comércio, além da prefeitura de Curitiba, Agência de Desenvolvimento municipal, e Alcopar também se fizeram representar.

Na terça-feira (14) já havia sido realizado outro encontro, na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, com a participação da Associação Comercial do Paraná (ACP) e empresas norte-americanas interessadas em tratar de investimentos e parcerias logísticas com a Ferroeste

## Linhão vai ligar Itaipu a Assunção

16/06/2011- Valor Econômico

hidrelétrica de Itaipu, que pelo seu tamanho é a única capaz de derrubar concomitantemente o fornecimento de energia para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, começa a viver um período de transição em que culminará na perda de importância que tem na produção elétrica do país. O marco desse processo acontece amanhã, quando os primeiros contratos para as obras que vão ligar a usina na fronteira com o Brasil a Assunção, no Paraguai, serão assinados. É esperada a presença pessoal do presidente paraguaio, Fernando Lugo. Quando as obras ficarem prontas, o Paraguai vai aos poucos ampliar o uso de sua cota-metade dos nove mil megawatts médios produzidos por ano até 2023, quando deverá estar usando praticamente toda sua parte na produção.

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, diz que em dez anos a usina passará a ser responsável por menos de 10% da produção brasileira. Já chegou a ser de 25%. "Estamos sendo corroídos de Norte a Sul, de Leste a Oeste", brinca o diretor ao se referir aos motivos da perda de peso da usina na matriz brasileira. Além de o Paraguai ampliar o uso da energia, as hidrelétricas do Madeira, Belo Monte e do futuro complexo Tapajós também vão tirar a importância hoje isolada de Itaipu.

A usina foi construída no período militar e custou no ano passado ao consumidor US\$ 37 o MWh. Foi uma das energias mais baratas do país, em função da valorização do real e foi um dos anos mais caros do custo de energia. O preço da usina depende da quantidade que ela produz anualmente e em 2010 apenas 86 milhões de MWh foram produzidos, em função da redução do fluxo para o reforço das linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu a São Paulo. Samek faz essa conta para justificar os recentes acordos com o Paraguai que vão elevar em parte o custo da usina para o consumidor brasileiro.

Desde a posse do presidente Lugo, há um movimento para alterar as condições do tratado de Itaipu. Há quatro semanas, o Senado brasileiro aprovou aumento do valor

da cessão de energia que o país faz ao Brasil. Aumentou três vezes, para US\$ 300 milhões. Isso significará, segundo Samek, aumento de US\$ 8,43 na tarifa de energia. Em média, o custo é estimado em US\$ 40 por MWh, o que levaria a energia a US\$ 48,4. Mas o diretor explica que esse valor é referência para produção anual mínima de 75 milhões de MWh, que seria suficiente para pagar a dívida e o orçamento da empresa. "Ano passado foi nosso pior ano, desde que assumi o cargo, e mesmo assim foi uma produção maior do que nosso mínimo para cálculo da tarifa".

Além de aumentar o valor a ser pago pela cessão de energia, o Brasil se comprometeu a financiar a construção das linhas de transmissão que vão ligar Assunção à usina. Amanhã os primeiros contratos que serão assinados fazem parte de um investimento de US\$ 110 milhões para início da construção da subestação do lado paraguaio. As licitações já foram feitas e vencidas por um consórcio formado pela ABB e a empresa paraguaia CIE. Os recursos serão financiados pelo Fundo de Convergência do Mercosul (Fecom), que reúne doações dos governos dos países que fazem parte do acordo comum do sul e são repassados a países integrantes que necessitem. Para as linhas de transmissão propriamente ditas, a estimativa é de que sejam investidos US\$ 190 milhões e o edital da licitação para as obras deve sair em 40 dias.

Toda a discussão, que levou a esses acordos, se deu com base no questionamento do Paraguai sobre as condições da dívida da usina que foi assumida pela Eletrobras e pelo Tesouro Nacional na década de 90. Apesar das obras da usina terem iniciado há mais de 30 anos, somente em 2023 essa dívida será quitada. E ela consome R\$ 2,3 bilhões do orçamento anual de cada parte da hidrelétrica. Hoje, a usina que pertence à Eletrobras não gera resultados para a empresa e daqui onze anos, quando a dívida for paga, o destino da energia terá que ser reestudado assim como seu custo. "É claro que parte disso será usado para modicidade tarifária", explica Samek.

## Atividade financeira ganha espaço em multinacionais

16/06/2011- Valor Econômico

Grandes companhias multinacionais estão obtendo parte significativa de sua receita com atividades financeiras, a partir da criação de seus próprios bancos, segundo levantamento do Instituto Internacional de Finanças (IIF), que representa as maiores instituições financeiras do mundo. A parte da atividade financeira na receita total de algumas multinacionais produtoras de carros ou bens de consumo durável pode variar de 15% a 30%, como a americana General Electric (GE), a alemã BMW e a japonesa Sony.

Grandes grupos, como construtores de automóveis e produtores de petróleo, têm se envolvido regularmente em algum tipo de atividade financeira, como ter seus próprios cartões de crédito. No entanto, o IIF constata que mais recentemente algumas companhias expandiram suas atividades para áreas mais tipicamente associadas com instituições financeiras.

Isso vem em reação à atitude de muitos bancos, que cortaram linhas de créditos ou cobraram mais pelos produtos financeiros durante a crise global, quando o "funding" secou.

O IIF exemplifica com o caso da firma de engenharia alemã Siemens, que tem estado envolvida com atividade financeira, mas foi além em 2010, obtendo licença para ter seu próprio banco justamente. O argumento foi para reduzir a dependência em

relação aos bancos e ter acesso as linhas de créditos do Bundesbank, o Banco Central alemão. A companhia não vai entrar na atividade bancária de varejo e sim no financiamento de vendas, project finance, gestão de riscos, primeiro na Alemanha e depois em outros países.

Na Grã-Bretanha, a Virgin, detentora de companhia aérea a produção musical, tenta comprar 600 filiais do Lloyds Bank. Isso transformaria o Virgin Money no sexto maior banco britânico.

A cadeia de supermercados britânica Tesco, os construtores automotivos alemães BMW, Daimler-Benz e VW também têm seus próprios bancos.

O nível recorde dinheiro em caixa de grandes companhias é visto como uma espécie de seguro contra volatilidade futura nos mercados e escassez de "funding". No meio das incertezas sobre a firmeza da recuperação econômica global, algumas companhias diminuíram o ritmo de investimentos e contratações de funcionários. Preferem usar parte do dinheiro, por exemplo, na recompra de ações.

Essa atividade aumentou este ano para US\$ 215 bilhões, comparado aos US\$ 147 bilhões no mesmo período do ano passado. Os recursos são usados também para mais operações de fusões e aquisições. Pela primeira vez em três anos, essas operações aumentaram em 2010 e este ano já cresceram 25%.

## **Bancos pedem aplicação do CDC**

16/06/2011- Valor Econômico

Depois de lutarem contra o Código de Defesa do Consumidor (CDC), os bancos tentam agora reverter entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e fazer com que a legislação seja aplicada em discussões sobre lançamentos em contas correntes. A 2ª Seção julga, por meio de recurso repetitivo, se o prazo de 90 dias para reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação, previsto no artigo 26 do CDC, vale para as ações de prestação de contas ajuizadas por clientes. Por ora, as instituições financeiras perdem por um placar de dois votos a um.

O caso, que envolve um cliente do Banco do Brasil, começou a ser analisado em abril. Preliminarmente, os ministros decidiram admitir a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) como amicus curiae - amigo da Corte - e julgar o processo como repetitivo. No mérito, após o voto da relatora, ministra Maria Isabel Gallotti, contrário à aplicação do CDC, pediu vistas a ministra Nancy Andrighi.

O julgamento foi retomado em maio. Após o voto-vista da ministra Nancy Andrighi, que seguiu o entendimento da relatora, a seção analisou novamente se deveria ser mesmo dado status de recurso repetitivo ao caso. Por maioria, manteve-se a decisão anterior. Após a discussão, o ministro João Otávio de Noronha apresentou seu voto, favorável à tese dos bancos.

Na análise de outros casos, a ministra Nancy Andrighi, por exemplo, já havia proferido voto pela não aplicação do código. Para ela, a discussão não envolve a má-prestação de serviço, mas a devolução de taxas e tarifas bancárias consideradas indevidas. Com isso, segundo a ministra, seria impossível enquadrar o pedido de repetição do indébito nas hipóteses previstas no CDC. "Repetir o pagamento indevido não equivale, nem pode ser equiparado, à reexecução, à redibição e ao abatimento do preço, porque, na verdade, não se trata de má-prestação do serviço, mas de flagrante e inequívoco

enriquecimento sem causa do recorrido (banco), que cobrou por serviço jamais prestado", diz em voto proferido recentemente.

Sem a aplicação do CDC, vale o prazo previsto no Código Civil - dez anos (novo) ou 20 anos (antigo) -, segundo o advogado Julio César Dalmolin, do escritório Gund, Wiebelling & Dalmolin Advogados Associados, que defende o correntista na ação ajuizada contra o Banco do Brasil. "Não é um vício aparente, mas uma cobrança indevida", afirma o advogado.

Apesar do entendimento majoritário do STJ ser contrário à aplicação do artigo 26 do CDC, advogados que defendem instituições financeiras ainda alimentam esperanças de vitória. "A discussão não vai ser tão fácil como parece", diz o advogado Aitan Portela, do Aidar SBZ Advogados, acrescentando que os pedidos de vista mostram que os ministros estão refletindo mais sobre o tema. "O prazo deve ser de 90 dias. Já foi definido que a relação entre cliente e banco é de consumo."

Em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) conclui, de forma unânime, que as instituições financeiras devem se submeter às regras do CDC. Desde então, os bancos defendem a aplicação do artigo 26. No STJ, eles já haviam sido derrotados em uma questão preliminar. Os ministros firmaram entendimento que, independentemente do envio regular de demonstrativos e extratos bancários, o correntista tem direito a propor uma ação de prestação de contas. Uma súmula nesse sentido foi aprovada pela 2ª Seção em 2001.

A diretoria jurídica da Febraban acompanha com preocupação o julgamento na 2ª Seção. Para a entidade, a não aplicação do CDC gera um sério problema para os bancos, que são obrigados a analisar lançamentos feitos por anos em apenas cinco dias. Esse é o prazo para contestação de ações de prestação de contas previsto no Código de Processo Civil (artigo 915). "Os clientes ajuizam as ações e pedem esclarecimentos sobre os lançamentos feitos nas contas correntes nos últimos cinco, dez ou até 20 anos. Os bancos não conseguem levantar essas informações no prazo de cinco dias", diz em nota a diretoria jurídica da entidade.

## **Exportador receberá PIS/Cofins mais rápido**

16/06/2011- Newsletter Automotive

A adoção do sistema de escrituração digital do recolhimento de PIS/Cofins, por meio de programa informatizado que a Receita Federal oferece a partir de julho, traz uma boa novidade para as empresas exportadoras: a devolução imediata de 100% do tributo. Hoje, com a escrituração manual, em que a Receita apura nota a nota para conferir o valor a devolver, o exportador pode levar meses para receber o crédito tributário a que tem direito nas vendas para o exterior.

Atualmente a Receita tem programa para devolver mais rapidamente, em até 60 dias, apenas 50% do crédito de PIS/Cofins devido ao exportador – mesmo assim, só para aqueles que exportaram no mínimo 10% de sua produção em 12 meses. Para receber o resto as empresas exportadoras precisam esperar pela conferência das notas. Isso começa a mudar no mês que vem, quando entra em operação a declaração eletrônica do PIS/Cofins, que funcionará de forma parecida à do Imposto de Renda.

A adesão ao sistema digital é voluntária a partir de julho e obrigatória para todas as

empresas até fevereiro de 2012. Com a informatização, a conferência das operações é imediata e, no caso de exportação, a devolução de 100% do PIS/Cofins passa a ser instantânea, garante a Receita. A medida operacional ajuda a aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, pois desonera o exportador.

## Dana esquentando disputa com Meritor

16/06/2011- Newsletter Automotive

O investimento na operação brasileira anunciado pela Dana em fevereiro passado (leia aqui), de US\$ 150 milhões, o maior já feito pela companhia fora dos Estados Unidos, foi reafirmado no início desta semana (leia aqui) e faz parte da estratégia da empresa ampliar presença no fornecimento de sistemas de drivetrain para veículos comerciais (eixos, componentes de suspensão, diferenciais, cardans, cubos de roda e freios), hoje dominado pela Meritor no segmento de pesados. Ambas apostam no aquecimento desse segmento do mercado brasileiro, que atrai cada vez mais interessados em fabricar caminhões e ônibus no País, e por isso estão aumentando investimentos em suas operações locais.

Boa parte do aporte de US\$ 150 milhões, que na segunda-feira, 13, a Dana informou estar aplicando em sua fábrica de Sorocaba (SP), é na verdade o acordo comercial firmado com a Sifco em fevereiro deste ano. A Dana vai comprar com exclusividade todos os eixos dianteiros não-tracionados médios e pesados forjados pela Sifco em Jundiaí e Campinas, para fazer em Sorocaba, a partir do início do segundo semestre, a montagem de conjuntos, agregando cubos de rodas e freios. A estratégia garante, ao mesmo tempo, fornecimento e clientes para entrar em um segmento novo para a empresa.

A Dana passa a atender os clientes que antes compravam diretamente da Sifco: Agrale, Ford Caminhões, Iveco, MAN (Volkswagen caminhões e ônibus), Mercedes-Benz, Scania e Volvo. E mais: passa a oferecer conjuntos montados. Com isso, projeta que o negócio deve gerar faturamento adicional de US\$ 350 milhões, mas a área comercial da empresa já trabalha para aumentar esse valor, participando de concorrências para fornecimento de sistemas completos de drivetrain, incluindo cardans e diferenciais para eixos tratores, também produzidos em Sorocaba e na planta de Gravataí (RS).

“A ampla experiência da Dana, combinada com a força da Sifco, dá suporte mais amplo à nossa crença de que podemos entregar soluções para driveline com maior valor agregado para esse mercado (de veículos comerciais)”, disse em fevereiro Harro Burmann, presidente da operação sul-americana da Dana, logo após anunciar o negócio com a Sifco. Na segunda-feira passada, ao assinar o protocolo de intenções com a Prefeitura de Sorocaba para a ampliação da fábrica, Burmann acrescentou: “Já somos líderes nacionais na produção de eixos leves, diferenciais e cardans, e com o novo negócio nos transformaremos nos maiores fornecedores de eixos médios e pesados e sistemas completos de driveline da região.”

## **Resposta da concorrência**

Pelo lado da Meritor os investimentos também estão acontecendo. Já está em curso um programa de US\$ 24 milhões, mas em fevereiro o presidente da companhia, Chip McClure, esteve no Brasil e anunciou que novos recursos deverão ser aplicados às operações locais, para aproveitar o aquecimento do segmento de veículos comerciais no País, incluindo a chegada de novos players, e assim preservar a liderança no mercado de drivetrain, no qual a empresa já tem presença forte no fornecimento de eixos tratores, fabricados em Osasco (SP).

Também em fevereiro foi confirmado aporte de US\$ 3,5 milhões para iniciar a produção de cardans na unidade, um segmento liderado justamente pela Dana, do qual a Meritor não participava até então.

A Meritor completa seu portfólio no Brasil com eixos não-tracionados e componentes de suspensão para veículos e implementos rodoviários que são produzidos na Suspensys, bem como sistemas de freios fabricados pela Master. Ambas são associações com empresas do grupo Randon, em que a Meritor transfere tecnologia e Suspensys e Master fazem a produção em Caxias do Sul (RS).

Com portfólios praticamente iguais para o segmento de veículos comerciais pesados, Dana e Meritor apenas replicam entre os fornecedores o acirramento da concorrência no setor, que especula a chegada de novas fabricantes de caminhões ao País, como a já confirmada NC2 (associação entre Navistar e Caterpillar) e a quase confirmada Paccar/DAF, além de marcas chinesas como Sinotruck, JAC e Fóton que estão rondando o mercado.

## **Sector de Fundição terá US\$ 1 bi para ampliar capacidade.**

16/06/2011- Valor Econômico

Companhias tiram seus planos da gaveta e retomam os investimentos suspensos em 2008.

Animada com a retomada dos negócios após a crise de 2008 que fez despencar a produção, a indústria de fundição desengaveta produção. O ritmo dos investimentos ainda não é igual ao anterior a 2008, quando a produção mensal chegou a recuar para 130 mil toneladas, em dezembro, após o recorde histórico registrado em julho daquele ano, com a produção de 305 mil toneladas. Segundo projeções da Associação Brasileira de Fundição (Abifa), a programação até 2016 é de investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão pelas empresas do setor. Antes da crise, o programado estava em US\$ 1,2 bilhão para o período 2008 a 2013.

As demandas futuras que justificam essa programação devem vir, segundo a Abifa, do setor ferroviário e das obras de infraestrutura programadas em várias áreas, mas

especialmente no setor de óleo e gás em função da exploração do pré-sal. "Acreditamos que o setor automotivo, que cresceu muito nos últimos anos, cederá espaço agora para a infraestrutura", diz Devanir Brichesi, presidente da Abifa. É nisso que aposta, por exemplo, a diretoria da Sinto Brasil, produtora de equipamentos para jateamento e granalhas de aço esférica e angular. Além do setor automotivo, a Sinto, subsidiária da japonesa Sintokogio, também fornece para as áreas de mineração, construção civil e também para a indústria naval. Em razão dessa atuação mais pulverizada, os acionistas acreditam na ampliação das vendas está concluindo investimento de R\$ 70 milhões na construção de uma fábrica de granalhas de aço em Atibaia (SP), interior paulista.

A nova unidade da Sinto deve entrar em operação até novembro e terá uma capacidade produtiva de 60 mil toneladas de granalha por ano – granalha é um abrasivo usado para limpeza e aumento da resistência de peças fundidas e também no corte de granito, jateamento de chapas em estaleiros, entre outras aplicações. "Nossa intenção é, dentro de mais alguns anos, concentrarmos toda a nossa produção em Atibaia", informa Vitor Azevedo, presidente da empresa. A instalação da nova fábrica exigirá a concentração de 70 funcionários, que se juntarão aos 210 atualmente já empregados na planta da Vila Prudente, zona Leste de São Paulo.

A decisão da Sinto de concentrar as atividades em Atibaia envolverá também a ampliação da produção de fundidos, mas ainda deve demorar uns dois anos, pois depende de novas avaliações sobre o mercado. Avaliar as condições gerais de vendas é o que fará também a Intercast, outra empresa do setor que está investindo no aumento da capacidade produtiva. Atuando no setor de fundidos desde 1997, a Intercast, cuja sede fica em Itaúna, a 100 km de Belo Horizonte, está concluindo uma das etapas de um longo programa de investimentos, que deve elevar a capacidade de 20 mil toneladas por ano para 80 mil toneladas anualmente nos próximos anos.

Com investimento de R\$ 51 milhões, a Intercast planeja alcançar a produção anual de 40 mil toneladas já no segundo trimestre de 2012. "Para a última etapa do programa de ampliação, quando dobraremos uma vez mais a capacidade, serão necessários apenas investimentos marginais e que serão de rápida concretização", diz Cássio Machado, fundador da empresa. De forma geral, os industriais estão otimistas quanto ao futuro do mercado interno.

A intenção da Intercast com os investimentos, que exigirão a contratação de 250 novos funcionários, elevando para 550 o efetivo da empresa, é manter a posição conquistada no mercado doméstico e também na pequena fatia destinada à exportação. A empresa fabrica peças fundidas para caminhões, tratores, máquinas agrícolas e também automóveis. Mas não são apenas as empresas de médio porte do

setor de fundição que estão investindo. Grandes grupos também voltam a ampliar a capacidade instalada.

É o caso da Teksid, um dos maiores produtores de fundidos do país. Integrante do Grupo Fiat, a Teksid, que emprega hoje 3.500 pessoas, retomou um investimento de R\$ 85 milhões para ampliar de 2,3 milhões para 3,3 milhões de toneladas de fundidos/ano. "Esse investimento começou antes da crise de 2008, agora voltamos a ele e deveremos concluí-lo em 2012", relata Rogério Silva Júnior, diretor geral da Teksid. Apesar do otimismo manifestado pelo setor em relação ao mercado interno e dos efetivos investimentos concretizados, os empresários chamam a atenção para um velho problema da indústria brasileira: o elevado custo dos investimentos no País.

### **Importação e custos causam temor**

Apesar do bom desempenho nos últimos tempos, uma ameaça paira sobre a indústria da fundição: o avanço das importações de peças fundidas, principalmente pelo setor que é o seu principal mercado, a indústria automotiva. Pelas estimativas da Associação Brasileira de fundição (Abifa), as importações de fundidos atingiram 1 milhão de toneladas nos últimos quatro anos. "Isso representa uma perda de receita equivalente a US\$ 3 bilhões para os produtores locais", informa o presidente da entidade, Devanir Brichesi.

De acordo com Brichesi, os segmentos de fundidos de alumínio e ferro são os mais vulneráveis aos importados. Segundo ele, algumas empresas da área de alumínio estão em situação bastante delicada. Há casos em que a receita caiu pela metade.. A queda contínua do dólar tem minado a capacidade da indústria de competir e levado algumas à beira da falência.

Na avaliação do presidente da Abifa, além da questão cambial, outras pressões de custos prejudicam a atividade: encargos trabalhistas, tributos elevados e energia cara. Um estudo feito no ano passado pela consultoria Commodities Research Union mostrou que o custo do megawatt\hora (MWh) no Brasil estava em US\$60, contra US\$ 30 da média mundial.

Para tentar reverter esse quadro desfavorável, a direção da Abifa está em constante negociação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E a pregação já surtiu efeito. No final do ano passado, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) elevou as alíquotas de importação de ferramentas e moldes usados pela indústria automobilística. As alíquotas subiram de 14% para 35% no caso de importação de moldes de injeção e compressão, e de 14% para 25% em relação às ferramentas de embutir e estampar.

Apesar da medida, a direção da Abifa considera isso apenas um começo. Os líderes da fundição continuam reivindicando: redução no custo da energia elétrica, menor tributação desoneração dos investimentos, além de medidas para reduzir encargos trabalhistas.

Fonte: Valor Econômico - Lázaro de Souza

## Preço do alumínio deve recuar a partir do 4º tri.

16/06/2011- Foundry Gate

Nossa projeção para o preço do alumínio em 2011 é de alta de 15,3% (dez/11 x dez/10), com nível de preços próximo de US\$ 2.700/t. Para a média do ano, esperamos alta de 22% frente a 2010.

A expectativa é de que as cotações do metal sigam firmes em 2011, respaldadas pela demanda de países emergentes, em especial da China. Para o segundo semestre, esperamos uma retração modesta, mas ainda mantendo os preços em níveis elevados. Para 2012, projetamos leve retração de 3% na média do ano e de 7,4% na ponta, encerrando o ano cotado próximo de US\$ 2.500/t.

Em maio, as cotações internacionais do metal recuaram 2,8% ante abril. Os preços do metal, contudo, devem voltar à trajetória de crescimentos modestos no curto prazo, com retração a partir do final do 3T11. Mesmo assim, a cotação deve mostrar alta de 2,5% ante o 2T11.

O recuo das cotações observado em maio restabelece a correlação negativa dos preços com os estoques, que se mantêm elevados, o que também dá respaldo para o cenário de ligeiro recuo das cotações. Outro fator que justifica esse cenário fica por conta da China, que retomou fortemente sua produção desde o início de 2011, após o término das restrições energéticas estabelecidas pelo governo no fim de 2010. Isso apesar de recentemente a proposta no país de aumentar a capacidade de fundição em 7,7 toneladas métricas ter sido rejeitada.

De todo o modo, vale ressaltar que os indicadores de produção e estoque têm impacto limitado sobre os preços dado que o mercado à vista ainda está relativamente apertado. Em abril, a produção mundial de alumínio aumentou 1,5% na margem (dado dessazonalizado).

**Fonte:** Tendência Consultoria

## Poder Legislativo - "Flexibilização": Câmara aprova regras para licitações da Copa

16/06/2011- Notas COAD

O Plenário aprovou nesta última quarta-feira (15/6), por 272 votos a 76, a Medida Provisória nº 527/2011, criando regras específicas para licitações de obras e serviços relacionados às copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e às Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016).

A MP foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado José Guimarães (PT-CE), mas os deputados analisarão cinco destaques da oposição ao texto-base na última terça-feira (28/6) do mês.

A criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) foi incluída na medida depois de outras quatro tentativas do governo (MP nº 489/2010, MP nº 503/2010, MP nº 510/2010, e MP nº 521/2010).

Segundo o governo, o regime foi inspirado na legislação britânica – os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012 serão em Londres. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) continua em vigor e será usada subsidiariamente ao RDC.

Para o relator, o novo regime dará oportunidade ao Brasil para realizar melhor as obras desses eventos esportivos. “Ao incluir esse regime na MP, estou certo de que faço um grande serviço ao Brasil”, afirmou Guimarães.

Confira as principais mudanças do RDC em relação à Lei de Licitações.

### **Pacote fechado**

A maior novidade nas novas regras é a possibilidade de a administração licitar um empreendimento por meio de contratação integrada, mecanismo já usado pela Petrobras com base em seu regulamento simplificado (Decreto nº 2.745/98).

Nesse modelo, o contratado deverá realizar todas as etapas até sua entrega ao contratante em condições de operação. Ele será responsável também pela elaboração dos projetos básico e executivo (documentos técnicos em que todos os aspectos são detalhados). Atualmente, a lei prevê que esses projetos sejam feitos por empresas diferentes da executora.

Na contratação integrada, o edital deverá conter um anteprojeto de engenharia com a caracterização da obra ou serviço, do qual devem constar, por exemplo, uma visão global dos investimentos, a estética do projeto arquitetônico e parâmetros de economia na utilização, impactos ambientais e acessibilidade. O julgamento das propostas será com base na combinação de técnica e preço.

Nessa forma de contrato será proibida a assinatura de aditivos, instrumentos pelos quais o objeto da licitação pode ser aumentado em 25% (obras, bens e serviços) ou em 50% (reforma de edifício ou equipamento).

A exceção será para os casos fortuitos que provoquem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e para as exigências adicionais necessárias à melhor adequação técnica, inclusive aquelas feitas pelas entidades internacionais de desporto (Comitê Olímpico Internacional e Fifa).

### **Meio eletrônico**

Para acelerar as licitações, a regra geral será o uso do meio eletrônico, inclusive no caso de obras de engenharia. Mas a forma presencial também será admitida.

Um regulamento disciplinará o uso do mecanismo de disputa aberta, pelo qual os licitantes apresentarão suas propostas com lances públicos e sucessivos. Se existir uma diferença de, pelo menos, 10% entre o melhor lance e o segundo colocado, poderá ser reiniciada a disputa aberta.

A administração poderá ainda fazer uma negociação com o primeiro colocado para buscar condições mais vantajosas se seu preço estiver acima do orçamento estimado para o objeto, que não poderá ser divulgado antecipadamente. No caso da contratação integrada, essa estimativa será calculada a partir dos valores praticados pelo mercado ou pagos pela administração pública em serviços e obras similares.

Principalmente na aquisição de bens e serviços, poderá ser usado o critério do maior desconto oferecido pelos licitantes. Nesse caso, o orçamento estimado constará do edital.

FONTE: Agência Câmara

### **Simples Nacional - Pagamento do DAS vence segunda-feira, dia 20/6**

16/06/2011- Notas COAD

As microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo pagamento unificado de impostos e contribuições devem recolher até segunda-feira, dia 20 de junho, os valores devidos ao Simples Nacional, apurados sobre a receita bruta do mês de maio/2011.

O DAS para recolhimento do valor devido será gerado por meio de aplicativo específico disponível na internet.

### **Projeto de Lei - Senado aprova certidão negativa de débitos trabalhistas**

16/06/2011- Notas COAD

O plenário do Senado Federal aprovou ontem (15/6) o projeto de lei que cria a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. O projeto, que vai agora para sanção da presidenta Dilma Rousseff, altera o texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei de Licitações (8.666/93) e institui a necessidade de certidão negativa na Justiça do Trabalho para que as empresas possam participar de licitações públicas e ter acesso a programas de incentivos fiscais.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, que defende o aperfeiçoamento das regras processuais atuais, acredita que a aprovação da certidão negativa é importante devido ao grande número de processos que se encontram atualmente em fase de execução na Justiça do Trabalho. "São 2,5 milhões de trabalhadores que aguardam o recebimento de direitos trabalhistas reconhecidos judicialmente", ressaltou ele.

O senador Casildo Maldaner, relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, afirmou que: "A aprovação do projeto representa um avanço na proteção dos direitos dos trabalhadores, além de um incentivo à agilização dos processos judiciais

no país". Ele destacou, ainda, que a lei não prejudicará os empresários, pois a certidão só não poderá ser emitida às empresas que tiverem sentença transitada em julgado, ou seja, sem direito a recurso, e não tenham apresentado bem como garantia para pagamento do débito.

O projeto agora irá para a sanção da presidenta Dilma Rousseff. Inicialmente, o projeto de lei foi aprovado pelo Senado e depois enviado para votação na Câmara dos Deputados. Retornou ao Senado devido a alterações feitas pelos deputados no texto original.

FONTE: TST

## Projeto de Lei - Comissão aprova saque de FGTS para quem tem 35 anos de contribuição

16/06/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (15) o Projeto de Lei [6768/10](#), do Senado, que permite a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador completar 35 anos de contribuição previdenciária, se homem; e 30 anos, no caso das mulheres.

O projeto altera a Lei do FGTS ([8.306/90](#)), que hoje prevê a possibilidade, entre outras, de movimentação da conta do FGTS na ocasião de aposentadoria do trabalhador.

O parecer da relatora, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi pela aprovação da matéria. Segundo ela, atualmente os trabalhadores são estimulados a adiar os pedidos de aposentadoria à Previdência Social por causa do fator previdenciário, que reduz o valor dos benefícios. "Uma das consequências dessa medida é a de impedir que o trabalhador tenha acesso ao seu patrimônio no FGTS em estágio da vida que demanda ações preparatórias para a velhice", afirmou.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência da Câmara dos Deputados

## IR - Fonte - Imposto de Renda retido em maio vence segunda, 20/6

16/06/2011- Notas COAD

Os contribuintes que pagaram ou creditaram rendimentos sujeitos ao IR/Fonte no mês de maio/2011 a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País, inclusive rendimentos do trabalho, devem recolher os valores retidos até segunda-feira, dia 20/6.

Este prazo não alcança o IR/Fonte decorrente de juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, prêmios, multa e qualquer vantagem, remuneração do

transportador paraguaio, rendimentos e ganhos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário, que possuem prazos específicos no Calendário das Obrigações, bem como aquele incidente sobre a remuneração indireta ou pagamentos efetuados a beneficiários não identificados, que deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador.

## **PIS-Folha de Pagamento - Vence dia 24/6 o prazo para recolhimento**

16/06/2011- Notas COAD

No dia 24/6 vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do PIS - Folha de Pagamento.

Estão obrigadas ao recolhimento as entidades sem fins lucrativos, inclusive condomínios, e as cooperativas que excluïrem da base de cálculo do PIS-Faturamento ou da Cofins qualquer das receitas elencadas no artigo 15 da Medida Provisória 2.158-35/2001.

O fato gerador do recolhimento é o pagamento da folha de pagamento de maio/2011 e a alíquota para recolhimento é de 1%.

Código para recolhimento no DARF: 8301.

## **Direito Constitucional - Documentos oficiais: OAB e Ajufe defendem o fim do sigilo**

16/06/2011- Notas COAD

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) defenderam o fim do sigilo eterno de documentos oficiais. O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, lamentou que a presidenta Dilma Rousseff tenha decidido apoiar a proposta para que os documentos ultrassecretos tenham sigilo renovado de forma ilimitada.

"Lamento que o recuo de Dilma esteja ocorrendo em razão de pressões pessoais por parte dos ex-presidentes da República (e atuais senadores) José Sarney (PMDB-AP) e Fernando Collor de Melo (PTB-AL), que não querem revelar documentos secretos de seus mandatos", afirmou Ophir. Para ele, "interesses particulares não podem se sobrepor à vontade da sociedade".

O presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, também se posicionou contra a tese do sigilo eterno, dizendo que o cidadão brasileiro tem o direito de conhecer a história de seu país. "Está previsto na nossa Constituição que o Poder Público tem a obrigação de dar publicidade a seus atos", lembrou Wedy, ressaltando que mais de 90 países já têm legislação que regulamento o acesso a informações públicas.

Em 2009, o projeto que trata do acesso à informação pública foi enviado ao Congresso Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou uma mudança no texto, limitando a renovação do

prazo de sigilo de documentos supersecretos a apenas uma vez. Assim, 50 anos seria o prazo máximo para um documento permanecer sigiloso.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que iria retirar o regime de urgência do projeto, permitindo que ele seja analisado por mais tempo.

FONTE: Agência Brasil